



ANEXO I

JUSTIFICATIVAS

Finalidade:

Este anexo tem por finalidade incluir esclarecer particularidades em função da especificidade dos termos técnicos licitatórios e da obra ou serviço de engenharia, previstas no Termo de Referência e que aqui após relacionadas passam a integrar o TR.

Da necessidade da contratação:

Quando da implantação do Canal do Serão Alagoano, ficou estabelecido junto a época ao Ministério da Integração que o Governo do Estado de Alagoas seria o responsável pela implantação do Canal e a Codevasf pela implantação das obras complementares, sistemas de abastecimento de água e perímetros de irrigação.

Neste contexto a Codevasf em 2018 iniciou a implantação de onze (11) Sistemas de abastecimento de água nos municípios de Delmiro Gouveia, Pariconha e Água Branca, sendo que os dos onze (11) faltam licitar de três (3).

Com essa ação praticamente completada, todas as comunidades da zona rural destes municípios que tem proximidade com o Canal do Sertão Alagoano já estão atendidas por um sistema de abastecimento de água que parte do Canal do Sertão Alagoano.

Com a expectativa de licitação das últimas obras que fazem parte da meta inicial, se faz necessária avançar na próxima meta de dar utilização ao canal do Sertão Alagoano, onde elaboraremos projetos para mais três municípios sendo eles Inhapi, Olhos D'água do Casado e Piranhas.

Parcela de maior relevância e valor significativo do objeto: Definidas no item 9.1 – C

Para estimativa do sistema que serão elaborados foram considerados parâmetro baseados nos sistemas atualmente em execução.

População inicial por sistema: 7.000 habitantes;

Taxa de Crescimento, levando em consideração o movimento de reocupação da zona rural após a implantação do sistema: 3% anual;

Modelo de Crescimento exponencial: $P(t) = P_0 \cdot e^{Kg(t-t_0)}$;

Consumo por habitante dia: 120 l/hab/dia;

Tempo de vida útil do projeto: 20 anos;

População final para os 20 anos: 12.750 habitantes

Vazão calculada máxima horária: 20,95 l/s

Coeficientes adotados para atestado de capacidade técnica:

Para a Vazão de Tratamento e adução foi adotado 50% da vazão calculada máxima horária, representando os valores de 10,48 l/s ou 37,73 m³/hr, como serão dimensionados vários sistemas com várias adutoras e elevatórias, para não restringir, solicitaremos somente um sistema.

Adutora e rede de distribuição estimada para cada sistema é de 40km adotaremos 20%: 8km,

Vislumbrando o DECRETO Nº 10.306, DE 2 DE ABRIL DE 2020, que institui utilização do BIM, requisitamos que a empresa deve ter elaborado projetos utilizados está metodologia, assim como é exigido na especificação da contratação, não sendo necessário ser projeto de Abastecimento de Água, uma vez que a metodologia serve para qualquer tipo de projeto.

Uma vez que já reduzimos ao máximo as exigências não seria prudente permitir a utilização de vários atestados, e também impossível para os itens de bombeamento e tratamento.

Serviço de características semelhantes ao objeto: Definida no item 9.1. alínea “c1”

Estabelecida conforme descrição técnica generalizada do objeto, ampliando a definição para tipos de projeto semelhante (“básico ou executivo” para “dimensionamento ou implantação”), bem como tipos



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
5ª Superintendência Regional – Penedo/AL

de obras semelhantes tecnicamente (sistema hidráulico de adução e transporte por condutos forçados) com porte e complexidade MENOR que a “parcela de maior relevância e valor significativo do objeto”, porém guardado uma proporção de dimensão e a complexidade, conforme exigido pela Súmula TCU Nº 263, objetivando garantir uma QUALIFICAÇÃO TÉCNICA MÍNIMA para garantia de qualidade de execução do futuro objeto, sem restringir o caráter competitivo do certame.

O porte e complexidade dos Serviços Similares é caracterizado pelas dimensões de: estação de bombeamento com vazão de 10,48 l/s, E estação de tratamento com capacidade de 10,48 l/s, Adutora, aérea ou enterrada, E/OU rede de distribuição com extensão de 8 km.

Tipo de Bens/Serviço: Serviço comum e escopo definido (não continuado)

O tipo de serviço objeto deste TR se caracteriza como um serviço técnico comum de engenharia com escopo definido (não continuado) por se tratar de projeto simples de pequeno porte com elementos técnicos padronizáveis conforme normativos nacionais e internacionais, com escopo definido do TR, para execução em período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto.

Modalidade Licitatória: Licitação Eletrônica.

A licitação reger-se-á pelo disposto na Lei nº 13.303 de 30 junho de 2016 (Lei das Estatais), e respectivas alterações e regulamentos.

Modo de Disputa e Divulgação do orçamento estimativo: Aberto, Orçamento Público

Justifica-se o modo de disputa com base no princípio da publicidade. Conforme Acórdão nº 1502/2018 – Plenário TCU: “Nas licitações realizadas pelas empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art. 34 da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento”.

Critério de Julgamento: Menor preço.

Justifica-se o critério de julgamento com base no princípio da economicidade. A qualidade do serviço não possui risco de ser afetado por se tratar de prestação de serviço com escopo definido neste TR, com padrões de desempenho e qualidade mínimos definidos objetivamente no neste TR, para efeito de julgamento das propostas, execução do objeto e fiscalização do contrato.

Regime de execução: Empreitada por preço global

Serviços à preço global: Insumos código MO, EC, LO, EM da Planilha PFP, implantados para execução dos serviços executados em escritório ou em campo, com exceção dos serviços à preço unitário, necessários para execução de cada PRODUTO. Justifica-se tal regime para os insumos relatados, por se tratar de serviços e insumos detalhadamente dimensionados pela Codevasf por produto, e não apresentam risco de variação devido a especificidades técnicas locais ou naturais.

Serviços à preço unitário: Insumos Código1 SU (TOP, GEO, AMB) com valores totais na Planilha PFP e detalhamento nas Planilhas PFP-1.1, PFP-1.2, PFP-1.3, executados em campo ou laboratório, necessários para execução, necessários para execução de Estudos Básicos e complementares. Justifica-se tal regime para os insumos relatados, que foram previamente dimensionados pela Codevasf, mas podem apresentar necessidades de variação devido a especificidades técnicas locais ou naturais, porém podem ser facilmente quantificados/medidos/aferidos durante a execução.

Permissão de Participação de Consórcios: Não,

Apesar do grande número de projetos, eles não são de alta complexidade nem de valor elevado. Não sendo justificado permitir consórcio.



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
5ª Superintendência Regional – Penedo/AL

Permissão de Participação de Cooperativas: Não

Não será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas sob a forma de Cooperativas uma vez que as especificidades do objeto e da prestação de serviço exige uma gestão operacional centralizada e não propicia autonomia dos cooperados, conforme exigido pela IN MPOG 05/2017.

Permissão de Subcontratação: Sim

A logística necessária para cumprimento do objeto exige o envolvimento de empresas com diferentes especialidades, sendo consequentemente pertinente a subcontratação de serviços mais centralizados ou operacionais, sem perdas na qualidade técnica e com ganhos em eficiência e economicidade, tendo em vista a otimização de recursos logísticos, tecnológicos e humanos de cada empresa dentro de sua especialidade.

Subcontratação estritamente não permitida para as parcelas de maior relevância e consideradas principais do objeto, compostas pelos PRODUTOS do OBJETO PRINCIPAL conforme definido no item 1.2.

Subcontratação parcial ou total permitida nas atividades auxiliares e que, por não dizerem respeito às atividades fim da contratada, compostas pelos PRODUTOS do OBJETO SECUNDÁRIO conforme definido no item 1.3.

Permissão de Microempresas: Sim

As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, poderão participar desta licitação em condições diferenciadas, na forma prescrita na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Decreto 8.538 de 6/10/2015.

Permissão de Participação de Empresa de Estrangeira: Não

Não será permitida a participação de empresa estrangeira por se tratar de prestação de serviço comum, e o objeto demanda conhecimento local e nacional, bem como interlocução com um município do interior que não possui interpretes em língua estrangeira.

Visita aos locais: Não obrigatória, mas recomendada.

Recomenda-se às LICITANTES que seja realizada a visita aos locais onde serão executados os serviços e suas circunvizinhanças, para tomar pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos a serem executados, avaliando os problemas futuros de modo que os custos propostos cubram quaisquer dificuldades decorrentes de sua execução, e obter, sob sua exclusiva responsabilidade, todas as informações que possam ser necessárias para a elaboração da proposta e execução do CONTRATO.

A LICITANTE ao encaminhar a PROPOSTA, estará declarando **AUTOMATICAMENTE** que conhece o local e que possui uma avaliação dos problemas futuros. Entende-se que os custos propostos cobrirão quaisquer dificuldades decorrentes da localização dos estudos.

É de inteira responsabilidade da LICITANTE a verificação "in loco" das dificuldades e dimensionamento dos dados necessários à apresentação da Proposta. A não verificação dessas dificuldades não poderá ser avocada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais estabelecidos.

Declaração de compatibilidade com o Plano Plurianual: Compatível

Os serviços a serem contratados serão executados no prazo inferior a um ano, conforme consta do Termo de Referência e a previsão de recursos orçamentários é compatível, conforme previsto no Plano Plurianual, e atestado por Atestado de Disponibilidade Orçamentária (ADO) e/ou Declaração de Previsão Orçamentária (DPO).

Desapropriação: Não



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
5ª Superintendência Regional – Penedo/AL

Não será necessária a desapropriação de imóveis particulares ou públicos na fase de estudos e projetos, apenas futuramente na fase de implementação do empreendimento, o Projeto de Desapropriação é parte do Projeto Básico.

Garantia de Execução (caução): Exigida

É necessário para fins de emissão da Ordem de Serviço que a empresa contratada tenha apresentado a Garantia de Execução do Contrato

Qualificação Técnica: Especificada

A Qualificação Técnica mínima foi especificada no item 7. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA de forma a garantir a qualidade dos serviços prestados e dos produtos entregues.

Divisão do objeto da licitação em lotes: Não

O projeto e demais estudos são parte de um único produto, há necessidade de elaboração de todos seus elementos integrados de forma a reduzir riscos técnicos e gerenciais na sua elaboração.

Da não admissão de somatório de atestados na qualificação técnica:

Devido a complexidade do projeto não é admitido o somatório de atestados para cada item na qualificação técnica, pois se assim fosse, iria proporcionar somatórios de atestados de tubulações de curta extensão que não atenderia a escala que é previsto para o objeto do termo de referência. No entanto, é aceito que um atestado contenha um ou mais itens exigidos de qualificação técnica.

Intervalo Mínimo entre Lances:

O intervalo mínimo de diferença de valor entre os lances, incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

Este instituto objetiva evitar lances com reduções irrisórias ou aviltantes, como por exemplo R\$ 0,01 (um centavo). No entanto, o mesmo instituto não pode inviabilizar a competição, ou mesmo restringi-la, exigindo percentuais ou valores desproporcionais ou exorbitantes.

É verdade que não se alcançará, nem é o propósito, um percentual ou valor ótimo ou “tipo ideal”. A carga subjetiva é grande e larga, mas, a função do edital é definir os critérios para torná-los objetivos perante todos. Por isso, definiu-se R\$ 10,00 (dez reais) o valor mínimo entre os lances. Tal valor fora definido pela equipe técnica, por entender ser capaz de alijar lances com redução irrisória ou aviltante, bem como prevenir a inviabilidade, ou mesmo restrição, da competição entre os licitantes, visto que o valor estimado é de considerável monta.

Da exigência de capacidade econômico-financeira:

A Constituição Federal do Brasil, especificamente a norma prescrita no Art. 37, XXI, autoriza, no processo de licitação pública, que a administração exija, nos termos da lei, qualificação econômica indispensável à garantia do cumprimento das obrigações às quais o licitante se propõe a cumprir na forma do futuro contrato. A Lei 13.303/2016, Art. 58, II, preceitua, nesta seara, que um dos parâmetros exclusivos de apreciação da habilitação do licitante é capacidade econômica e financeira. Diante deste conjunto normativo, o administrador depara-se, também, com a jurisprudência sedimentada na Súmula nº 289 da Corte de Contas da União, a quem a Empresa Pública deve cumprimento. SÚMULA Nº 289. A exigência de índices contábeis de capacidade financeira, a exemplo dos de liquidez, deve estar justificada no processo da licitação, conter parâmetros atualizados de mercado e atender às características do objeto licitado, sendo vedado o uso de índice cuja fórmula inclua rentabilidade ou lucratividade. (GRIFAMOS).

É prerrogativa da administração, e via de regra, dever aferir objetivamente a capacidade do futuro contratado, não para construir um muro inútil de restrições comprometendo o caráter competitivo da licitação, mas para prevenir a adjudicação de objetos licitados a contratados sem condições de honrar os compromissos assumidos perante ela.

A administração deve ter percuciência ao definir os índices de avaliação da capacidade econômico-financeira de quem se proporá a executar o objeto em licitação, de modo a conquistar a garantia da execução do contrato e evitar restringir o caráter competitivo do certame.

Diante da legislação e da jurisprudência alhures citadas, define-se nesta oportunidade, dois índices contábeis de liquidez e um de solvência com a finalidade, necessária, conveniente e oportuna de escolher a melhor proposta, cujo autor apresente capacidade econômico-financeira de bem executar o



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
5ª Superintendência Regional – Penedo/AL

objeto contratado, sem surpresas no curso da avença. Estes índices, como se mostram, são necessários em razão das características do objeto licitado, que trata de execução dos serviços de elaboração dos estudos e projetos básicos e executivos, da segunda etapa dos sistemas de abastecimento de água, cujo valor previsto e prazo de vigência são consideráveis, de R\$ 3.607.149,56 e 12 meses, respectivamente.

Os índices escolhidos apresentam parâmetros atualizados de mercado, pois, os de liquidez são considerados, pela doutrina contábil, e pela Administração Pública que os utiliza constante e hodiernamente, próprios para o fim a que se está aplicando nesta licitação. Tais índices, inclusive e para demonstrar que possuem parâmetros atualizados, são a base de avaliação econômica aferida pela IN nº 03/2018 que instituiu o SICAF (cadastro da Administração Pública Federal, condição absoluta para a participação nas licitações eletrônicas da União). Ademais, como a própria súmula indica, não há vedação à adoção de outros índices, desde que não queira medir a rentabilidade ou lucratividade da proponente e atenda às características do objeto licitado, como é o caso do índice de solvência geral. O cociente de cada índice deve ser pelo menos um. O ideal é que seja superior a um, o que demonstrar ter capacidade plena de cumprir os compromissos.

1. Liquidez Geral. É a liquidez a curto e longo prazo. Identifica a capacidade de pagamento da empresa a curto e longo Prazo. Ou seja, quanto possui a empresa no AC+RLP para cada real a pagar (PC+RLP). Demonstra a segurança no crescimento. Quanto maior que um, maior a capacidade de honrar os compromissos.

2. Solvência Geral. É a capacidade de uma empresa de honrar todos os seus compromissos financeiros a curto e longo prazo. identifica a segurança apresentada, para pagar todos compromissos e ainda permanecer com reserva considerável, o que assegura sua sobrevivência por bom tempo no mercado. Mostra o quanto a empresa possui em seu ativo total para pagar cada real do passivo (menos o patrimônio Líquido).

3. Liquidez Corrente. É a liquidez a curto prazo. Identifica a capacidade de pagamento a curto prazo. Mostra o quanto há de ativo circulante para cada real de dívida a curto prazo. As características peculiares ao objeto que ora trata de uma construção civil, são a razão de tal exigência, pois, não exigir boa situação econômica da contratada seria temerário para a contratante, visto que no curso da vigência do contrato pode, e é comum, surgir incidentes como atraso de pagamento (tanto que o edital prevê atualização financeira), retificação de trabalhos, aditivos de prazos, etc., Justamente por isso, contratar uma empresa para executar serviço de média complexidade, de considerável valor e durante razoável prazo que poderá, inclusive, se estender, afigurar-se-ia ato temerário contra a CODEVASF e a própria contratada, pois esta, no percurso, enfrentaria sérios problemas que desembocaria em possível solução de continuidade e consequente apuração sancionatória administrativa.

Por tudo que se expôs, afigura-se plenamente razoável que a CODEVASF disponha, como critério de aferição da saúde econômico-financeira das empresas que se proponham a com ela contratar, destes índices econômicos, pois, necessários, não para alijar do processo licitatório quem não os conseguir atendê-los, senão para possibilitar-lhe escolher a melhor proposta e a garantia da boa execução do objeto que ora lança na praça aos interessados em contratar sua execução, sem agredir o caráter competitivo da licitação.

Penedo - AL, outubro de 2022.

Eng^a Ana Carolina Spinola B. De Paula

Chefe da 5ª GRR/USA
CODEVASF - 5ª SR